



Democratas25

www.democratas.org.br

Gabinete do Vereador César Godoy

- IV- sendo o infrator pessoa jurídica e a infração tenha nexos de causalidade com a atividade exercida pelo estabelecimento, em caso de segunda reincidência, proceder-se-á a cassação do alvará de licença e funcionamento do estabelecimento.

Artigo 4º - O Município regulamentará a presente Lei, visando a sua ampla publicidade principalmente, a criação de organismos de fiscalização e orientação.

Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 2013.

César Godoy
Vereador Democratas

Justificativa

A **Constituição Federal, art. 225, §1º, VII**, dispõe que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.", e que "Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público: VII-proteger a fauna e a flora, **vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade**".

Além disso, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle de poluição.

Como se vê, o projeto está em consonância com os ditames constitucionais à medida que pretende instituir penalidades para as hipóteses de atos que causem maus tratos aos animais.

É importante destacar que as disposições existentes nesta proposição não conflitam com a legislação existente, mormente, a Lei Estadual nº 12.854, de 22 de dezembro de 2003 (Código Estadual de Proteção aos Animais), pelo contrário, as complementam.